Receitas Operacionais

Despesas Operacionais
Despesa com Projetos

Superávit (Déficit)

Receitas Financeiras ( - ) Despesas Financeiras

Superávit do Exercício

Superávit do Exercício

sultados Abrangentes

Total de Receitas Operacionais Líquidas

...continuação Climate and Land Use Alliance Global Wildlife Conservation Serviços Prestados: Assessoramento, Defesa e Garantia dos DH (b) Subtotal Receitas com Restrição

Suntida receitas Curi nestrição
Sem Restrições
Créditos Nota Fiscal Paulista
Outras Receitas
Doações Pessoas Físicas
Trabalho Voluntário
Serviços Prestados:
Assessoramento, Defesa e Garantia dos DH (b)
Subtotal Receitas sem Restrição
Total Receitas

Juros Ativos Variação Cambial Ativa Descontos Obtidos (Programa Rio Doce) Descimento Adisação NTN R

5.3. Custos/Despesas Operacionais: Os custos

riugrama Rio Doce (a) 7.949.532 **Total Despesa com Programa** 7.949.532 **Despesas com Projetos (Recursos não Vinculados)**Apoio as Organizações (Nota 5.3.1)

Mobilização Social (Promoção da causa dos direitos humanos I hM)

dos direitos humanos) (b) 793.034 825.259
Gestão e Desenvolvimento institucional 2825.613 322.625
Total despesas não vinculadas 1.943.056 12.44.160
(a) As despesas do programa Rio Doce, estão de acordo com contrato conforme apresentado na Nota explicativa 6.3.2. Adicionalmente as despesas incorridas a Fundação recebeu no exercício de 2019 o valor de R\$ 4.914.167, referente a gestão do programa Rio Doce.
(b) Despesas de mobilização social refere-se a despesas relacionadas a eventos rejuriões e outras para promoção e capitação de recurso e eventos relacionados

reuniões e outras para promoção e captação de recurso e eventos relacionados

Rendimento Aplicação NTN-B Rendimento s/ Aplicação Financeira Variação Renda Fixa - NTN-B Total

**Despesa com Projeto** Apoio as Organizações (nota 5.3.1) Mobilização Social (Promoção da causa

alocadas aos projetos Total de Despesas com projetos Despesa com Programa Programa Rio Doce (a)

dos direitos humanos) (b) Gestão e Desenvolvimento institucional Subtotal de despesas com projetos Despesas Gerais e Administrativa

dos direitos humanos) (b)

a defesa de direitos humanos

Apoio as Organizações Projetos específicos (a)

Projetos emergenciais (a)

Eventos de Formação

Despesas Financeiras

Despesas com cartório

Serviços profissionais

Depreciação

COFINS

Despesas com ocupação

Seleção de Projetos Monitoramento

Recursos Humanos

Editais (a)

Seminários

5.3.1. Apoio as organizações

(a) Referem-se a despesas diretamente relacionadas

orme nota 6.3.1. 5.3.2. Despesas Gerais e Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas

Material de escritório e consumo

Despesas gerais e administrativa Manutenção e instalações

Despesa com trabalho voluntário (6.4) **Total** 

Isenções Usufruídas: Em atendimento art.

creto nº 8.242/2014 e à norma contábil ITG 2002 (R1), item 27, letra "c", são demonstrados a senuir os valores relativos à ficandar 7, letra "c",

São demonstrados a seguir os valores relativos às isenções previdenciárias go zadas pela Fundação durante o exercício de 2019 e 2018.

6.1. Isenções Contribuições Sociais Senções Contribuições Sociais 94,092 47,588

RAT (Riscos Acidente Trabalho) 94,092 47,588

Despesa com Programa Rio Doce Despesas com Projetos (Recursos não Vinculados)

Despesas Gerais e Administrativas

Resultado Financeiro Líquid

cões Sociais

As notas explicativas da Administra

parte integrante das demonstrações contábei

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

ões e institutos internacionais. (b) Réceitas de assessoramento, defesa e garan-ia dos DH refere-se as receitas do projeto da Rio Doce conforme descrito no lota explicativa 6.3.2. 6.2. Receitas Financeiras: As receitas financeiras são referentes as aplaci-ras financiar com extra serio de consecuencia de la consecuencia del la consecuencia de la consec

ções financeiras com restrição e sem restrição e também a valorização do investimento em NTN-B.

Receitas Financeiras 2019 2018

422.845

25.420

87.107 **535.372** 

5.680.504

6.574.668

504.000

10 000

6.076.500 7.248.217 **13.334.717** 

26,629,262

13.334.717

18.243.710

8.521.082

2018 3.638.607

3.638.607

2.776 58.023

49.085 **110.161** 

2019

(31.945)

87.107

422.845

2019

52.095

287.396

298.124 415.950

7.072.015

**2019** 24.759.734

81.463.080

2019 11,357 796

1.210 16.688

177.227

2018 Adições

309.549 395.227 192.172 587.399

(20.133) (11.812)

802 14.019 2019

770.655

Recursos

7.575.051 24.759.734 30.959.921

Recursos

394,400

403.155

6.127.023

10.013.102

2018 realizados recebidos a receber

(66.805) (68.295) (135.100)

81.598 (25.177) 237.517 293.938 131.466 425.404

7.914

Total

12.790.545

14.019

825.118

7.072.015

38.857.053

56.703.346

6.076.500 12.157.210 **18.243.710** 

113.804.110

7.248.217

12.157.210

dendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor das cotas na data

do balanço. O rendimento médio aproximado em 2019 foi de 5,61% a.a (6,10% em 2018).

3.1.2. Recursos Vinculados a Projetos

Doce (ver nota explicativa 6.3.2), o qual os recursos são recebidos após a apro-vação da prestação de contas das despesas incorridas. Em 2019 foi recebido antecipadamente, para início dos trabalhos referente ao 3º aditivo o montan-te de R\$ 7.639.437.

Credit-Susse NTNB TES 6 IPCA

Total

11.357.796

10.477.980

11.357.796

10.477.980

10.477.980

Total

O Fundo Brasil possui hoje seu patrimônio investido em Notas do Tesouro Nacional com Notas do Tesouro Nacional com vencimento eso triulos públicos com rentabilidade vinculada à variação do IPCA, acrescida de juros a aplicação em Notas do Tesouro Nacional com vencimento em 2022 tem como rendimento a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acrescidos de juros de – 6,19% anuais. 3.1.5.

Título de Capitalização: A Fundação forundo Brasil de Direitos Humanos, a título de garantia do contrato de locação do imóvel localizado na Rua Capitão Antônio Rosa, 376, conjuntos 131 e 132, firmado em 21 de junho de 2019, mantém o Título de Capitalização (SULACAP), no valor nominal de R\$
70.000,00 (setenta mil reais), subscrito junto a SULAMERICA CAPITALIZA-ÇÃO S/A, conforme proposta nº 8888.13.408926.80-7, pelo prazo de capitalização de 15 meses.

2017 Baixas Adições

(50.889) (39.021) 23.105

(72.280) (45.677) 31.019 (86.938) (80.107 Imobilizado Líquido 47.184 (79.463) 340.568 308.289 112.065 4. Passivo: 4.1. Passivo Circulante: 4.1.1. Fornecedores

119.464 (33.786)

(21.391) (6.656)

Total
4.1.2. Obrigações sociais, tributárias e trabalhis
Obrigações tributárias
Encargos sobre serviços PJ – Rio Doce
Encargos sobre serviços PF – Rio Doce
Encargos sobre serviços PJ
Encargos sobre serviços PJ
Encargos sobre serviços PF
Total
Salários e encargos sociais

4.1.3. Projetos/Programa em Execução: A seguir

72.000

152,702

231,290

5.680.504 8.621.590

4.1.3. Projetos/Programa em Execução: A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Fundação e os rendimentos financeiros desses recur-

sos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) Os saldos registrados estão vinculados aos recursos recebidos que serão utili-

107.004

105.031

1.882.264

223.648

adiantamento conforme descrito na nota 3.1.3, caso não utilizados serão de-volvidos a contratante. **4.1.4. Provisão para Contingências:** A Entidade,

no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natu

reza fiscal, trabalhista e cível. A Entidade não é parte envolvida em quaisquer

processos, sejam de natureza trabalhista, cível ou fiscal, que devessem estar re

gistrados ou divulgados nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de de-zembro de 2019 e 2018. **4.2. Passivo não Circulante: 4.2.1. Patrimônio** 

Líquido: O Patrimônio Líquido é formado pelo superávit/déficit acumulado da

de. O patrimônio líquido, receitas, recursos e eventual superávit/déficit opera

cional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e desenvolvimen-to dos objetivos institucionais; sendo vedada qualquer forma de distribuição

to uso sujetivos institutoriais, peritor vestava quarquer inimitar de institutoriais, de resultados, dividendos, beneficiações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto. Em caso de extinção ou desqualificação da Fundação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados inte-

excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serao destinados inte-gralmente ao patrimônio de outra Organização Social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida em Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por esta-alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/898 e no De-creto Estadual nº 43.493/98. 4.2.2. Patrimônio Social: O Patrimônio Social

alocados, de acono como disposibo na Lei Complementari nº 40-908 e il 100 creto Estadual nº 43.493/98. **4.2.2. Patrimônio Social:** O Patrimônio Social está devidamente registrado na escritura da instituição sob nº 2.954, páginas 215/220, lavrada aos 23/12/2006, do 16º Tabelião de Notas de São Paulo, no item terceiro: "Nos termos do artigo 62 do Código Civil Brasileiro, a título de dotação especial de bens, necessária à instituição da Fundação, concoremo instituidores, em partes iguais, neste ato, com a quantia total de R\$10.000,00 (dez mil reais), devendo ser depositada em conta bancária, à disposição da Fundação, representando a única obrigação dos instituidores, seja perante a Fundação seja perante terceiros. **\*4.2.3. Fundo Patrimonial:** A Fundação recebeu R\$ 6.076.500 (seis milhões e setenta e seis mil e quinhentos reais), o qual foi originalmente recebido em dólar no valor de US\$ 3.000.000 (três milhões), em 25 de abril de 2007, da Fundação Ford (The Ford Foundation) para uso em suas atividades. Conforme carta de doação, os numerários não puderam se utilizados pelo período de três anos. Tais recursos encontram-se aplicados, vide Nota Explicativa nº 3.2.1. Conforme estabelecido no Artigo 4º Parágrafo Unico de seu Estatuto Social, a Fundação aplica suas receitas, rendas, rendimentos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional, na manu-

eventual resultado operacional integralmente no território nacional, na manu-

tenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

5. Demonstração do Resultado do Período: 5.1. Receitas Operacio-

nais: Os recursos da Fundação são obtidos mediante doações e contribuições

espontâneas de pessoas físicas e jurídicas, e acordo firmado com agência de cooperação. As receitas de contribuições e doações para custeio são apropria-das em bases mensais, de acordo com os períodos a serem beneficiados, quan-

ciente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Audi-

toria das demonstrações financeiras do exercício anterior: Os balan-ços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações do resultado.

cos patrimoniais, em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 16 de abril de 2019, sem modificação. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles intemos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração de demonstrações financeiras plea avarboração des demonstrações financeiras pela avarboração des demonstrações financeiras pela avarboração des demonstrações financeiras pela avarboração des demonstrações de responsável pela avarboração das demonstrações financeiras do responsável pela avarboração das demonstrações financeiras de responsável pela avarboração das demonstrações financeiras do responsável pela avarboração das demonstrações financeiras de responsável pela avarbora de responsável pela avarbora de responsável pela destarbora de responsável pela demonstrações de responsável pela avarbora de responsável pela

boração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela ava-liação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando

aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso

dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que

a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não

tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demons-

2019

282.298

75.000

6.813.186

1.195.070 4.426.351

217.563 108.382

967.623

870.623 25.000 72.000

7.653.968

1.882.264

4.375.835

198,648

105.031

do estes forem identificados.

Doações Pessoas Jurídica Instituto C&A

Instituto Betty e A Jacob Lafer Receitas Internacionais:

Agências de Cooperação (a)

Fundação Tide Setubal

PPM Pão para o Mundo Porticus Latin America Open Society Institute

**Receitas** 

Com Restrições Receitas Nacionais:

Fundation OAK

tidade desde sua fundação, conforme expresso no Estatuto Social da Entida

4.250

Passivo: 4.1. Passivo Circui ornecedores de curto prazo rnecedores de bens e serviços

Salários e encargos sociais

Encargos sobre Provisão de Férias

zados em projetos no exercício de 2020

Provisão para Férias

IRRF a recolher

FGTS a Recolher

INSS a Recolher

Projetos em execução

Climate and Land Use Alliance

Global Wildlife Conservation

Porticus Latin America

Jacob Lafer

Instituto C&A

Fundação OAK

Outros
Total de projetos
em execução
Programa em exe
Programa Rio Doce
(NE nº 6.3.2)\* Curto Prazo
Programa Rio Doce
(NE nº 6.3.2)\* Longo Prazo

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - EM REAIS

DEZEMBRO DE 2018 - EM REAIS (Valores expressos em reais)

Ajustes do resultado às disponibilidades geradas

Superávit do Exercício

Depreciações e amortizações Sinistro Imobilizado Anlicações Financeiras

uperávit Líquido Ajustado Variacões nos ativos circulantes Recursos Vinculados a Projetos Recursos a Receber

Despesas antecipadas Variações nos passivos circulantes

Salários e encargos sociais Impostos e taxas a recolher Projetos em Execução

(1) Caixa líquido gerado pelas

atividades operacionais Fluxo de caixa das atividades de inve Aplicações no ativo imobilizado Contratos a Realizar

(2) Caixa líquido anlicado nas atividades de investimentos (3) Fluxo de caixa das atividades de finar

Contratos a Pagar (1+2+3) Aumento (redução) de caixa ce equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício

Aumento (redução) do Caixa ntes de Caixa

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábei

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Aditivo ao TAP), firmado em 16 de novembro de 2017, no qual está prevista a atuação de experts do Ministério Público Federal em diferentes aspectos do eixo socioeconômico do processo de reparação de danos. Em razão de sua expertis en a promoção, defesa e garantia de direitos, o Fundo Brasil de Direitos Humanos foi convidado a atuar no processo como o perito responsável pela viabilização das escolhas de Assessorias Técnicas independentes para os atingidos e atingidas, extremamente vulneráveis por força das consequências diretas e indiretas do rompimento da barragem de Fundão. Também caberá ao fundo Brasil realizar a contratação e coordenação metodológica das entidades de Assessoria Técnica, uma vez concluído o processo de escolha pelas comunidades atingidas. A finalidade última do trabalho desernolvido pelo Fundo Brasil é contribuir para a participação qualificada e tecnicamente assessorada dos atingidos e atingidas em todo o processo de reparação, promovendo, desta forma, o acesso e a garantia de direitos da população atingida, ainda em situação de grande risco e vulnerabilidade. Para este fim, inicialmente a Fundação realizou um levantamento sobre os territórios atingidos, o nivel de organização social em cada localidade e quais as expectativas e demandas preliminares em relação às Assessorias Técnicas incererada a fase de escuta preliminar, o fundo Brasil desenvolveu um conjunto de atividades necessárias para acompanhar a consolidação das Comissões de Atingidos nos diversos territórios e viabilizar a escolha de Assessorias Técnicas independentes às pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce e na área Litorânea a tingida, nos termos previstos no Termo Aditivo ao TAP. A coordenação metodológica das Assessorias Técnicas pressupõe uma interlocução com o processo de acompanhamento da prestação de contas do trabalho executado por cada uma delas com o propósto de conferir coerência às atividade

A IJ de Setemino de 2014 Avaliação e Planejamento Custos Operacionais (Infraestrutura, Comunicação com Atingidos, Serviços Técnicos Especializados) Gerenciamento e Escolhas das Assessorias Técnicas Equipe do Programa - Recursos Humanos (2º Aditivo)

o do Processo de Assessoria Técnica Subrotal
Descrição (3º Aditivo) de 01 de julho de 2019
a 31 de dezembro de 2019
Eixo 1 – Contratação das Assessorias Técnicas
Eixo 2 - Coordenação Metodológica das Assessorias Técnicas Custos Operacionais (Infraestrutura, Serviços Técnicos Especializados) Equipe do Programa estão do Programa (a) Subtotal

com trabalho voluntário Trabalho Voluntário Conselho Consultivo Conselho Fiscal Conselho de Administração 7. Instrumentos - inanceiros: A runação mantem operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, ren tabilidade e seguranção. Os resultados obtidos com estas operações estão con dizentes com as políticas definidas pela Administração da Fundação. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Fundação foram de de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Fundação foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessaraimente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. A Fundação não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Classificação dos Instrumentos Financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros catá agresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Ativos classificados

Ativos classificados nelo custo am Caixa e Equivalente de Recursos Vinculado Recursos a receber Outros créditos Fornecedores Total

tração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempré tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições nor mais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Fundação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Fundação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerencia e controlar as exposições a riscos de mercados. de torto de parâmetros aceitá-

e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitá veis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, vi ves, e ao riesmo teliplo deliniza o teconico. Con Heaqua do acado se judos sando à mitigação desse tipo de risco, a Fundação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação de Certificado de Depósito Interhancián (CD) e IPCA. Risco de taxa de juros Decorrente da possibilidade de a Fundação sofier ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros, a Fundação, visando a mitigação desse tipo de risco, busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas. A Fundação não está su ieita a riscos na variação de taxa de juros sida que suas anlicações financeiras são de texas de juros de financeiras são de companya de companya de la companya jeita a riscos na variação de taxa de juros, já que suas aplicações financeiras sã remuneradas a uma taxa pré-fixada conforme divulgado na nota explicativa n 5. **Gestão de capital:** Os objetivos da Fundação ao administrar seu patrimô nio social são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Fundação para cumprir com seus objetivos descritos na Nota Explicativa nº 1. Para man

ter ou ajustar a estrutura do capital, a Fundação pode rever a política de paga mento de contribuições dos associados e reduzir, por exemplo, o nível de gas tos e endividamento. **Gerenciamento do risco financeiros**: A política da Fundação é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimen to futuro da Fundação. A Administração monitora o retorno sobre o capital apli cado considerando os resultados das atividades econômicas. **Instrumentos** financeiros "Não derivativos": Todos os ativos financeiros "não derivativativos": vos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se toma uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Ao mensurar o va uma das partes das disposições contratuâis do instrumento. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentesníveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas têcnicas de avaliação da seguinte forma: Nivel 1 — Preços cotados (não ajustados)
em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 — (Inputs), excete
preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); Nível 3 — Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis
emercado (inputs não observáveis) O processo de mensuração do valor juste
dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 1 (representan nelas anlicações financeiras)

dos instrumentos inlanceiros da Entidade esta classificado como Nivel 1 (repre-sentado pelas aplicações financeiras).

8. Eventos Subsequentes: Eventos subsequentes referem se eventos que ocorram entre 31 de dezembro de 2019 e 08 de maio de 2020 (data de emis são dessas demonstrações). A administração identificou nesse período os se guintes eventos subsequentes: Em fevereiro de 2020 a Fundação realizou a aqui-

guintes eventos subsequentes: Em fevereiro de 2020 a Fundação realizou a aquisição do imóvel onde se localizada sua sede. O imóvel anteriormente alugada até esta data foi adquirido pelo valor de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais). Desde o início de janeiro de 2020, o surto de Coronavírus, que é uma situação em rápida evolução, impactou adversamente as atividades econômicas globais. O rápido desenvolvimento e fluidez dessa situação impedem qualquer previsão como seu impacto final. Estes eventos estão tendo impacto adverso contínuo nas condições econômicas e de mercado e desencadeando um período de desaceleração econômicas global. No entanto a Administração não acredita que haja impacto financeiro nas demonstrações de 31 de dezembo de 2019, assim como não há impactos adversos nas operações do período subsequente. Inclusive a Fundação está em contato com doadores para apoiar o combate a essa pandemia.

São Paulo, 01 de junho de 2020.

são Paulo, 01 de junho d<u>e 2020.</u> Ana Paula Salvador de Aguiar da Costa - CT.: CRC 1SP228.935/0-8 - Contadora

> das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequa ção do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e ção do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluimos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apie sentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre ou-

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em respos ta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficien-te para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção rele vante resultante de fraude é major do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

São Paulo 01 de junho de 2020 KRPMG Assurance Services Ltda. Silbert Christo Sasdelli Júnion Contador CRC 1SP230685/Q-0

(4.313.622) (8.521.082) (21.121.127) (2.323.001

80.107 (879 816)

2019 2018 4.908.993 2.056.030

347.809

(46.663)

(192.172)

4.673.977 (1.637.799

(192.172) (883.549)

4.481.805 (2.017.349

7.480.948 2.999.143

4.481.805 (2.017.349

45.735

2.709

(477 549

23.598 7.437.308

(574.000

741.670 1.225.242 1.580.716

**2019** 213.593

604.800

1.136.656

2.198.020

12.863.699

44.040

333.053

2.310.000 **6.106.463** 

8.129.501 **15.224.985 2018** 3.454

**15.532.085** das de funda-

4.908.993 2.056.030

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábei

4.914.167

5.381.740 21.611.412

482.984 **8.621.590** 

**2019** 4.363.438 1.034.877

456.283 450.200

278.768

154.405

121.871

14.182

38.863 59.229 88.404

264.196

80.107

94.092 272.867

826.685

940.920 **2.134.564** 

41.918 **6.901.760** 

7.608.081 16.229.672 2019

2019 2018 21.611.412 15.532.085 (19.013.613) (14.809.895 (8.138.606) (6.729.892

(7.949.532)

(982.419)

2.597.799

4.908.993

2.056.030

EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - EM REAIS

(625.558)

722.190

1.380.972 (47.132)

2.056.030

Outras obrigações

31/12/2018 alor contábil 251.756 4.350 3.638.607 110.161 87.107 4.091.981

or recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. • *Depreciação* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo o, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A deprecia ão é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com rela ridas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis

izado utilizando o método

estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes: Náquinas e equipamentos equipamentos de informática e comunicação Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos acada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconheidos como mudança de estimativas contábeis. **f) Provisões e passivos cir culantes e não circulantes**: Uma provisão é reconhecida no balanço patri-monial quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja

Projetos Apojados no exercício 2019 Edital de Jornalismo Investigativo Fundo de Formação Edital Específico Litigância Estratégica Projeto Emergencial Edital Anual – 2018

Projeto Específico Enfrentamento Racismo Edital Combate ao Trabalho Infantil na Ind. da Moda Projeto Específico "Justica Criminal" 2016/2019 Projeto Específico "Justiça Criminal" 2019/2021 Beneficiários em 2019 Projeto Emergencial Fundo de Formação Edital Enfrentamento Racismo

Edital Combate ao Trabalho Infantil na Ind.

6.2.1. Programa de Integral Social (PIS): Em virtude de

os. 1.1 Programa de integra ao pagamento da contribuição para o PIS cal-culada exclusivamente sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com o art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001. **6.3. Aplicação dos Re-**

cursos em Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos: A Fur

dação Fundo Brasil de Direitos Humanos, tem como objetivo assessorar e for-taleçar organizações e movimentos sociais, para desenvolver a filantropia de justiça social. Em 2019, foram apoiados 132 projetos, contribuindo para defesa e garantia de direitos das pessoas impactadas pelas atividades desses projetos.

sentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre ou tros aspectos, do alcance planejado, da época da auditória e das constataçõe

significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas no controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. CRC SP-023228/O

direta indireta ment mente 1.000 100.000 4.200 10.000 299 38.160 199.375 433 821 146,000

46.835 26.368 de de ser uma Entidade

Total de Valor da **Doação** 20.000

22

132

34.559

59.988

415.640

456.283

484.536

685,464 1.294.572

5.269.921

31/12/2019

iusto

31/12/2019

contábil 7.340.900

Edital Específico Litigância Estratégica Edital Anual – 2017 Projeto Jornalismo Investigativo 7 821 146.000
Projetos "Justiça Criminal" 2016/2019 10 30.301 43.395
Total
Em relação aos beneficiados, o quadro acidades pelos responsáveis dos projetos. Estima-se que, no exercício 2019, as organizações apoidas pelo Fundo Brasil tenham atendido diretamente cerca de 71.097 pessoas, e indiretamente 524.871 pessoas. 63.22. Programa Rio Doce: 0 rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG, ocorrido em 5 de novembro de 2015, provo-cou uma série de danos socioeconômicos em toda a extensão da Bacia do Río Doce e área litorânea, fazendo surgir a necessidade de reparação dos direitos violados para as comunidades atingidas pelo desastre. Desde o evento, as instituições de justiça (Ministérior Público Federal, Ministérios Públicos Estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo e Defensorias Públicas) e as empresas responsáveis pelos danos - Samarco Mineração SIA, Vales (746 e BHP Billiton Brasil Ltda., têm estabelecido parâmetros e criado mecanismos para o processo de reparação dos danos, sobretudo por meio de acordos judiciais celebrados ambito da Ação Civil Pública nº 0023863-07.2016.4.01.3800, em trâmite perante a 12º Vara Federal Judiciária de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Um desses acordos é o Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar (Termo Ana Paula Salvador de Aguiar da Cost Proieto Jornalismo Investigativo

Relatórios

recebidos

finais

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS trações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma qarantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasinão uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas bras-leiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções re-levantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam in-fluenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuá-rios tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de au-ditoria, exercemos julgamento profissional a le mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distor-ção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em respos-

ou representações falsas intencionais. — Obtemos entendimento dos controles in ternos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação. • Avaliamos a adequação

ções nos projetos e programas de Assessoramento, Defesa e Garantia dos Di reitos Humanos no ano de 2019 e 2018 foram:

365.590 **7.095.482** 

6.210.285 **6.210.285** 

825.259

773.158 291.562

195.503

206.067

2018

8.612

25.639

60.857

203.088

48,444

625.558

**2018** 47.580 107.053

465.963

527.726 **1.148.322** 

89.196 **5.935.670** 

Recursos Humanos (3º aditivo) (a) Gestão de programa refere-se a valores fixo determinado e ferente receitas obtidas não relacionada diretamente a despesas específica do proieto. Essas receitas serão utilizadas em outros projetos não vinculado 6.4. Gratuidades Recebidas e Trabalhos Voluntários ou Pro-Bono: A gratuidades e trabalhos voluntários ou Pro-Bono identificados pela Administra ção como tendo sido prestados no exercício de 2019, bem como o seu valor jus to, podem ser assim descritos e estão registrados na demonstração do result do nas contas de "Receitas de trabalho voluntário"

Cota Patronal

Total

• RAT - O Risco de Acidente do Trabalho (RAT) e o seguro obrigatório, instituido por lei, mediante uma contribuição a cargo exclusivo da empresa, sobre a folha de pagamento, que se destina à cobertura de eventos resultantes de acidente do trabalho. • Terceiros: para os cálculos das contribuições, para outras entidades (terceiros), cada empresa deverá se enquadrar em um dos FPAS e, com base nesse código, saberá qual o percentual de recolhimento a que estará sujeita, conforme orientações, para outras administrativas do INSS. • COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias; • Cota Patronal - INSS Patronal é uma contribuição feita pelas empresa para assegurar a seguridade social, que garante serviços básicos à população (assistência social, previdência e saúde). • IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica); • CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Liquido). A Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos obteve a Certificação do CEBAS - Certificação de Entidade Beneficentes de Assistência Social, processor 71000.068974/2017-95, conforme a portaria SNAS nº 40, item 96 de 27 de fevereiro de 2018, publicada no DOU 28/02/2018, com validade até 28 de junho de 2021. Todos os valores obtidos com a isenção foram aplicados integralmente nas ações sociais lores obtidos com a isenção foram aplicados integralmente nas ações sociais do Fundo Brasil. **6.2. Imunidade Programa de Integração Social:** Em des objeto do contrato nº 4500176574, ao final do programa os recursos de atendimento à solução de consulta nº 6.037, de 7 de agosto de 2017 (D.O.U em atendimento a soluça de consulta nº 6.U37, de 7 de agosto de 2017 (D.O.U em 14/08/2017) — Imunidade da Contribuição para o Programa de Integração Social PIS/PASEP sobre a Folha de Salários, para Entidades Beneficentes de Assistência Social. A Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos passou a usufruir da imunidade em outubro de 2017:

Imunidade do PIS 2019
2018

peração com Fundos e instituições nacionais e estrangeiros; • Ingressar com ações judiciais relacionadas às finalidades da Fundação; • Organizar, promover e incentivar programas que objetivem o desenvolvimento das finalidades da Fundação; • Executar outras atividades compatíveis com as finalidades da instituição. No exercício de 2019 e 2018, o Fundo Brasil de Direitos Humanos apoiou orojetos de defesa e garantia de direitos voltados prioritariamente ao fortaleci-mento de movimentos e de organizações sociais, à formação e à capacitação de lideranças. Todas as ações tiveram como foco organizações e indivíduos derensores de direitos humanos, de várias regiões do país. Para potencializar a atuação de grupos e de indivíduos, além do edital geral, que apoia pequenos rorjetos em todo o país, apoiamos também projetos por meio de editais espe-cíficos e de linhas especiais. Dessa forma, o Fundo Brasil tem a oportunidade le apoiar projetos por períodos majores do que um ano e que são de médio e grande portes. Isso sem deixar de lado o tradícional apoio às organizações me-iores, que têm dificuldade de acessar outras fontes de recursos. Esse trabalho

ATIVO

Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

Recursos Vinculados a Proietos

Título de Capitalização **Total do Ativo Circulante** 

tealizável a longo prazo

Contrato de Locação a realizar

Ativo Não Circulante

Aplicações Financeiras

Recursos a receber

Outros Créditos

mobilizado

Bens em Operação

obilizado Líquido

Total do Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2017

Superávit do exercício Em 31 de dezembro de 2018

m 31 de dezembro de 2019

Superávit do exercício

(-) Depreciações

Total do Ativo

oermanece a espinha dorsal de nossa atuação. 2. **Apresentação das Demonstrações Contábeis: a) Declaração de** C**onformidade:** As demonstrações financeiras da organização para os exer-cícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram elaboradas e estão endo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a pequenas e médias empresa e às entidades sem finalidade de lucros, considerando I Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral, (NBC) TG 1000 - CTG 1000

adoção plena, suas interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, em es pecial à **ITG-2002 (R1) (Resolução CFC 1409/2012)** que estabelece crité ios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e va-iações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as infor-nações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucros seguindo as práticas contábeis descritas na **Nota 2.1.** As demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram autorizadas pela administração no dia 29 de maio de 2020. **b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram prepaadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros nensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresen**a**ção:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é n moeda funcional da Fundação. Todos os saldos foram arredondados para o

milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de es-**t**imativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas emédias empresas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reporados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diver gir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contí-

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - EM REAIS

2.999.143

8.521.082

10.477.980

3.638.60

25.816.973

110.161

504.000

(86.938)

308.289

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - EM REAIS

ão parte integra

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

812.289

26.629.262

10.000

10.000

7 480 948

12.834.704

11.357.796

56.680.410

56 703 346

56.703.346

(167.045)

420.354

57.123.700

113.804.110

As notas explicativas da Administr

I. Operacional: A Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos loca-

izada em Rua Capitão Antônio Rosa, nº 376 Jardim Paulistano CEP: 01443-900 ioi constituída em 23 de dezembro de 2005, através de Escritura de Instituição avrada às páginas 215/220 do Livro 2.954 do 26º Tabelião de Notas de São

Paulo e registrada, no 5º Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica sob o nº 12.486 em 19 de janeiro de 2006. A Entidade é uma fundação de direito priva-

do e de natureza ássistencial e cultural, sem fins lucrativos, de acordo com o Ar igo 2º da Lei 12.101/2009, regulamentada pelo <u>Decreto 8.242 de 23 de maio</u> l<u>e 2014,</u> e obedece ao *Princípio da Universalidade do Atendimento* tendo como

objetivo assistência e promoção dos direitos humanos, buscando em especial a

efesa dos direitos de grupos particularmente vulneráveis e discriminados, como crianças e adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiências, mulheres, afrodescendentes, populações indígenas, trabalhadores e migrantes. Conforme a Resolução 27 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de

19/09/2011, as atividades do Fundo Brasil de Direitos Humanos, caracterizam se como assessoramento, defesa e garantia dos direitos, no âmbito de Assis ência Social. De acordo com <u>o Art. 14 do Código Tributário Nacional,</u> a Funda

ão: I - Não remunera a Diretoria e nem distribui qualquer parcela de seu patri-nônio ou de suas rendas, a qualquer título; II - Aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais; III - Mantém a

escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades exigidas pela lei, capazes de assegurar sua exatidão. 1.1 Das Atividades: Dentre outras iniciativas, a Fundação poderá adotra ras esquintes ações: « Apor-tar recursos para projetos na defesa e proteção dos direitos humanos, especial-

nente aqueles caracterizados por aspectos inovadores e aqueles desenvolvidos or organizações de pequeno porte que atendam diretamente ao público; Aportar recursos para indivíduos com vistas ao aprimoramento de sua forma-

ão como ativistas e especialistas em direitos humanos: • Apoiar intercâmbios nvolvendo organizações e indivíduos, inclusive de outros países; • Manter coo-

177.227

3.1.4

3.1.6

Circulante

Salários e Encargos Sociais

Obrigações Tributárias/Contribuições

Recurso de Projeto em execução

Total do Passivo Circulante

Passivo Não Circulante

Patrimônio Líquido

Obrigações a longo prazo Contrato de locação a Pagar

Patrimônio social Fundo Patrimonial - Doação Superávit Acumulado

Total do Patrimônio Líquido

Total do Patrimônio Líquido

6.076.500

6.076.500

**Outros Créditos** 

3.1.4. Aplicações Financeiras Aplicações Financeiras Credit-Suisse NTNB TES 6 IPCA

3.1.6. Outros Créditos

3.2. Ativo não Circulante

**Outros Créditos** 

Tributos a Recuperar

3.2.1. Imobilizado

Móveis e Utensílios/Equip

(-) Deprec. Equip. Proc.

(-) Deprec. Móveis e Utensílios/Equip

Demonstrativo **Imobilizado** 

Despesas Antecipadas Adiantamentos a Fornecedores Adiantamentos a Empregados

Curto prazo Longo Prazo **Total** 

Total do Passivo e Patrimônio Líquido

Recursos Vinculados a Projetos Banco c/ Movimento – Recursos com Restrição

Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição 3.1.3. Recursos à Receber: O recurso a receber refere-se.

Recurso de Programa em execução

Recurso de Programa em execução

dores de Bens/Serviços

mário das Principais Práticas: As políticas contábeis descritas em deta-hes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financierias. Em consonância com a NBC TG 2002 (R1), os registros contábeis são reconhecidos mensalmente respeiando o princípio da competência, ou seja, são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, in-dependente do efetivo recebimento ou pagamento. a) **Apuração do resul**ado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas: O re onhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o re-

jime contábil de competência de exercício e são reconhecidas da seguinte for

na: Quando da assinatura do contrato, é reconhecido o débito de recursos vin-

rulados a projetos e o crédito de projetos a executar no passivo. A medida que ocorrem os gastos dos contratos é feito o reconhecimento da receita em con-

rapartida a um débito na conta de projetos a executar no passivo. b) Recur-

os Vinculados a Projetos: Os recursos vinculados a projetos referem-se a

ecursos recebidos de parceiros que serão utilizados exclusívamente nos pro-etos a que estão vinculados. **c) Recursos a receber:** São provenientes de

loações diversas, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e ati-ridades pré-determinadas. Periodicamente, a Fundação presta conta de todo

fluxo financeiro e operacional aos doadores, ficando também toda documen

idos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reco-

nhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amor

edores de Bens/Serviços. **e) Imobilizado: • Reconhecimento e mensura-**cão: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou

onstrução, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao va-

requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como pase as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acresci-

dos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias in-corridas até a data do balanço patrimonial. **g) Demais ativos circulantes** 

e não circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculá

veis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações nonetárias incorridas até a data dos balanços. h) Receitas e despesas fi-

nanceiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, basica-mente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras. **i) Recei-tas com trabalhos voluntários**: Conforme estabelecido na Interpretação

TG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Fundação valoriza as recei

as com trabalhos voluntários, inclusive dos membros integrantes de órgãos

da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consi

deração os móntantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse es: tes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são re:

conhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de "Recursos do contrato de gestão" em contrapartida nas despesas das atividades culturais as rubricas de "Despesas gerais – programas culturais e Despesas gerais".

ções sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Fundação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de ris-co na Nota Explicativa nº 7. k) Estrutura do gerenciamento de risco: As

olíticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas para iden-ificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e siste-

mas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir

nudançãs nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. B. Ativo: 3.1. Ativo Circulante: 3.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:

O caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e apli-ações de liquidez imediata, representadas por depósitos e fundos de investi-

meira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, po-

Caixa e Equivalentes de Caixa

Total

Banco c/ Movimento – Recursos sem Restrição

Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição \_

As aplicações em fundos de investimento foram feitas em in

s efetivos e se referem ao saldo de Forne

iua. As revisões das estimativas são reconhecidas retrospectivamente. 2.1. Su-

o fuxo ninanceiro e operacional aos doadores, ficando tambem toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. De acordo com a administração o saldo em 31.12.2019 é 100% recebivel. d) Ativos e passivos financeiros so ha seguintes categorias: formação classifica seus ativos financeiros so ba seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, que se referem aos saldos de aplicações financeiras. (II) mensurados ao custo amortizado que compreendem a "Recurso a receber" de doações. A classificação está alinhada ao nodelo de negócios da Fundação. A Fundação determina a classificação de eus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Fundação não possui insrumentos derivativos e não adota contabilização de hedgé. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensuralos ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do esultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. Os passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo dedu-

Aos Diretores da Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos - São Paulo - S **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos "Fundação", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resul-31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do résultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para
o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas,
compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial
e financeira da Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos em 31 de dezembro
de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil
aplicáveis às pequenas e médias empresas. Base para o prinão: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de audiía foi conduzida de acordo com as normas brasilèiras e internacionais de audi-oria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descri-

## tas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria las demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Pro-fissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acor do com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é sufi

2019

121.366

Ana Valeria Nascimento Araújo Leitão - Superintendente

2.999.143

7.722 132.326

7.480.948